

Médio Oriente

A rota enviesada

Maria do Rosário de Moraes Vaz

Que hipóteses reais de sucesso tem o muito esperado e longamente adiado plano americano para a paz entre Israel e a Palestina - ou o Quarteto formado pelos Estados Unidos, a União Europeia, a Rússia e as Nações Unidas? Formalmente entregue às partes no dia 30 de Abril, principia a contagem decrescente da rota faseada que, algures em 2005, pretende dar corpo à visão de George W. Bush, esboçada em Junho de 2002, de dois Estados, Israel e Palestina, coexistindo em pacífica e segura vizinhança e realizando assim um segmento essencial da paz no Médio Oriente.

As possibilidades de o plano alcançar esse justo objectivo estão viciadas, como as exigências prévias para a sua oficialização indicam, pelo facto de pôr o ónus principal que possibilita a sua aplicação na parte mais fraca, a futura Palestina, obrigada a extinguir primeiro a violência para ser aceite como parceiro legítimo de percurso, com vagas contrapartidas até então e sem quaisquer certezas sobre o acordo definitivo que ao fim e ao cabo pode esperar obter. O plano americano consiste numa tradução em metas e etapas mais ou menos temporais dessa “visão” de Bush, que conduzirão eventualmente, no termo da sua aplicação ao longo de dois a três anos, à criação de um Estado palestino, provisório primeiro, e finalmente parceiro de um “acordo permanente”. A passagem à fase seguinte depende do cumprimento da anterior e de um juízo do medianeiro sobre os resultados obtidos. Só a fase final das negociações e conclusão do acordo definitivo incide sobre a matéria-prima do conflito israelo-palestino, que é a que pode dar em última análise consistência e viabilidade a um Estado palestino e garantir de forma duradoura a segurança de Israel.

Implícita em todas as versões, inclusive e especialmente as clintonianas, da paz israelo-palestina, o plano em etapas da realização da “visão” de Bush tem o principal mérito de explicitar, preto no branco, que a existência de um Estado palestino – qualificado para mais como “viável” – é condição necessária para a paz. Nada menos consensual, porém, designadamente entre os partidos que formam actualmente o governo de Ariel Sharon, que a não menor legitimidade do direito dos palestinos que dos israelitas a terem o seu

próprio Estado, ainda que parcialmente amputado, coisa que ninguém contesta, dos atributos da soberania.

Dentro do Likud, a facção liderada pelo antigo primeiro-ministro e actual ministro das Finanças, Benyamin Netanyahu, recusa liminarmente esse direito, que considera uma ameaça à segurança de Israel. Netanyahu pretendeu mesmo reforçar a sua oposição a Sharon amarrando o Likud a uma recusa formal da existência de um futuro Estado palestino.

O segundo mérito importante e decisivo do *roadmap*, independente dos métodos e das fases da rota traçada, depois de sucessivos adiamentos – formalmente, só existe desde a sua entrega às partes – é o facto de anunciar, não o garantindo embora por completo, o regresso dos Estados Unidos, mais ou menos coadjuvados pelos restantes membros do quadriunvirato, à resolução do conflito israelo-palestino. Esse mérito é independente de o *roadmap* se dever ou não a mera conveniência política ditada, findas as operações militares de envergadura, ao início do processo propriamente político no Iraque, a rogo e súplica dos europeus, inclusive dos mais notoriamente interessados em livrar-se da acusação de duplicidade de critérios a que ocupação militar do Iraque deu, pelo menos entre as opiniões públicas europeias e árabes, renovados foros de verdade.

O compromisso americano com a resolução do conflito israelo-palestino é absolutamente necessário para que a iniciativa para lhe pôr termo passe das mãos do governo e dos militares israelitas, onde a “demissão” americana a deixou realmente, para outras mãos capazes de recolocar o processo no plano da política. Pela ordem forçosa das coisas, e não menos porque qualquer outro mediador mais ou menos *engagé* é inapelavelmente rejeitado por Israel – e outro não haveria na actual situação de fractura europeia e de fraqueza das Nações Unidas – só os Estados Unidos podem, se assim o quiserem, retomar a iniciativa e exercer a pressão necessária para reverter a via militar que vigora e forçar, a par da aceitação de um Estado palestino, a prevalência da via política sobre a via militar, condição absolutamente indispensável se não para estancar pelo menos para minorar a violência de parte a parte.

O *roadmap* distingue-se dos anteriores planos de paz, designadamente o promovido pelo príncipe real saudita (que a Liga Árabe endossou em bloco em Beirute em Março de 2001 e que incluía já a normalização das relações com Israel), pela minúcia e pela preponderância das exigências formuladas à parte palestina. É endossado, porém, mesmo

pelos que o não subscrevem formalmente, em reconhecimento desse papel tão insubstituível quanto os esforços europeus e regionais que a “ausência” americana propiciou foram notoriamente incapazes de o colmatar.

Nem a via política nem a pressão americana sobre a parte mais forte para que a empreenda decididamente estão porém garantidas. A versão do *roadmap* publicada na imprensa internacional pouco depois de consumada a vitória militar no Iraque – que sintetizamos nestas páginas –, é ilustrativa de um tropeço preliminar que bem pode constituir prenúncio do seu desenrolar subsequente: uma exigência prioritária da primeira fase de aplicação (calendarizada para terminar em Maio de 2003) consistia na indigitação de um primeiro-ministro ou de um governo provisório palestino com poderes reais. Depois de ter sido protelada várias vezes, inclusive até à tomada de posse do actual governo israelita, a oficialização do *roadmap* foi ainda sujeita à prévia indigitação de Abu Mazen, obtida a anuência de Israel, para primeiro-ministro e à aprovação do seu governo pelo Conselho Legislativo palestino. Dito de outro modo, uma das etapas contida no *roadmap* foi erigida em condição prévia não da sua aplicação mas sequer da sua existência formal.

Mau augúrio, para não dizer mais. Independentemente de ser, como reafirmou perante o órgão legislativo palestino, adversário confesso do recurso à luta armada, mesmo no que a distingue da violência exercida contra civis, exige-se de Abu Mazen no texto e no espírito do *roadmap*, bem como na generalidade das declarações oficiais que acompanharam a confirmação do governo palestino, uma tarefa impossível: que extinga todo e qualquer acto de violência contra israelitas.

Ou seja, que realize, com recurso às forças de segurança palestinianas que têm constituído alvo privilegiado e sistemático do exército israelita, a gigantesca tarefa de desarmar, neutralizar ou destruir as milícias, os grupos armados e os grupos terroristas, como condição prévia à aceitação da via política e ao abandono da via militar por parte de Israel. Os palestinianos terão que cumprir à risca a sua parte na ignorância completa do que Israel, nas matérias essenciais – refugiados; Jerusalém; colonatos, território e fronteiras – estará eventualmente, um dia, no cabo da rota traçada, disposta a conceder, não como um direito longamente negado, mas como uma concessão magnânima que é necessário a cada passo provar merecer.

Relegadas para a fase final, prevista como a mais longa, as questões fulcrais a decidir pelas partes em acordo definitivo, fundamentalmente dependente da “eficácia das

instituições palestinas”, são apenas esquematicamente evocadas no *roadmap*, que ainda assim se reporta às resoluções 242, 338 e 1397 do Conselho de Segurança das Nações Unidas como marcos de referência para “pôr termo à ocupação iniciada em 1967”.

As reservas e resistências ao *roadmap* vêm majoritariamente do lado israelita, que as fez saber inclusive junto do Congresso americano. O “Quartetinho”, como os israelitas designam a equipa encarregada de contrapropor o que é aceitável por parte de Israel, deu conta de uma centena de emendas, entretanto alegadamente reduzidas a quinze objecções de maior. E no dia seguinte à oficialização do *roadmap*, 300 congressistas americanos enviavam uma carta ao presidente Bush (que já pensa na campanha eleitoral do ano que vem) exortando-o à brandura em relação a Israel.

A parte palestina, por seu lado, formula uma única exigência, de sinal diametralmente oposto: o início imediato da aplicação do *roadmap*, tal qual está, sem negociações preliminares que levem a novos adiamentos. Para além deste tipo de técnicas, o *roadmap* é vulnerável a exigências israelitas (esperadas) de aplicação puramente sequencial, centrado como está sobre a democratização e a eficácia repressiva do incipiente e provisório para-Estado palestino, não em benefício próprio, por assim dizer, mas em favor da segurança do Estado de Israel tal como o próprio a define.

Entre a tomada de posse de Abu Mazen e a entrega do *roadmap* às partes, um atentado suicida (o primeiro com origem em Gaza desde o início da segunda intifada, reivindicado conjuntamente pelo Hamas e pelas brigadas Al-Aqsa) fez três mortos em Telavive. Nem as críticas à incapacidade do governo palestino e ao *roadmap*, nem a infalível incursão militar que matou pelo menos duas crianças (isto apesar de os serviços de segurança israelitas terem aconselhado conceder um período de graça para reforçar a posição de Abu Mazen) se fizeram esperar.

Independentemente dos acidentes de percurso, o principal defeito do *roadmap* (e aqui a consonância com a parte israelita é demasiado flagrante para ser ignorada) é o não partir do resultado que se pretende atingir – a solução política com uma determinada feição ainda que fluida no pormenor – para as condições concretas e as modalidades práticas da sua concretização. Parte, pelo contrário, dos resultados destas para a determinação da possibilidade de vir a ser negociado um “acordo definitivo” quanto ao cerne dos obstáculos à paz.

O mesmo é dizer que cada ataque suicida – a que nem muros de cimento que sepultam incontáveis oliveiras, nem postos e mais postos de controle e humilhação, nem o incremento dos assassinatos ditos selectivos com aumento exponencial de vítimas “colaterais”», nem uma brutal ocupação militar conseguiram pôr termo – cada acção das forças hostis à paz no campo palestino, porá em causa a possibilidade do passo seguinte na aplicação do plano americano.

É óbvio que os palestinos nada têm a perder – muito pelo contrário – com o repúdio explícito da violência e da resistência armada, que tão vastos prejuízos lhes têm causado e que autorizam na prática todos os excessos com que hoje se define a segurança de Israel. Menos têm a perder com uma democratização real das suas instituições ou o saneamento das finanças públicas, inclusive para possibilitar a entrega dos fundos retidos pelas autoridades israelitas.

Quando Israel detém não apenas a iniciativa e a absoluta supremacia militar como ainda uma espécie de superioridade moral que lhe advém de ser uma democracia “para dentro” e vítima desse particular modo de exercício da violência contra civis que são os atentados suicidas – apesar de violar em crescendo as mais elementares normas do direito internacional, tudo lhe é consentido, se não perdoado, em nome do direito à segurança – um plano parcial ou dificilmente realizável é muito melhor do que nada.

A rota traçada não leva necessariamente à esperança fundada num acordo definitivo justo e equitativo, longe disso. Mas um forte empenhamento e presença dos Estados Unidos, coadjuvados em toda a medida do possível pela União Europeia e os países da região, que provaram estar a isso mais que dispostos, abre pelo menos o caminho à construção paciente dessa esperança.